



CAMPANHA SALARIAL 2024

Na defesa dos interesses dos filiados, SindCVM volta à Mesa de Negociação com o MGI

Foi dada a largada para mais um ciclo de negociações visando a recomposição dos salários dos servidores federais. No dia 11 de julho, atendendo ao pleito das entidades representativas, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) reinstalou a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) para buscar acordo com os servidores federais nos itens que compõem

a pauta reivindicatória conjunta. Ainda em julho, foram realizadas duas rodadas, uma no próprio dia 11 e outra no dia 25, e, embora esteja definido um sistema de rodízio na bancada dos servidores, o presidente do SindCVM, Osvaldo Molarino Filho, participou de ambas as agendas.

O primeiro encontro, realizado logo após a solenidade de assinatura do Protocolo da MNNP, foi marcado pela apresentação oficial da pauta conjunta, que prevê a recomposição dos salários, com vistas à reposição das perdas acumuladas, a equiparação dos benefícios com os dos servidores dos demais Poderes, a revogação de uma série de dispositivos legais que trazem prejuízos aos servidores, dentre elas o Decreto 10.620/2021, e a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho.

Este último item foi abordado no discurso da ministra Esther Dweck, quando da assinatura do Protocolo, ao defender a importância, especialmente tendo em vista o longo período de congelamento salarial, de tornar a “negociação perene e não ao sabor do governo que entre”. Ainda sobre a pauta não remuneratória, a chefe do MGI se comprometeu a avançar no restabelecimento do direito do servidor de participar de atividades sindicais. “A gente tem essa preocupação em revogar todas as coisas que foram feitas para prejudicar a capacidade de atuação dos sindicatos no âmbito dos setores público e privado.”

Na Mesa, os compromissos foram ratificados pela equipe da Secretaria de Relações do Trabalho (SRT), sob coordenação do secretário José Lopez Feijóo. Durante a reunião com o SindCVM e demais entidades, o titular da SRT informou que o governo deve editar, nos próximos dias, um normativo para formação do Grupo de Trabalho com vistas à regulamentação da Convenção 151, que versa sobre direito à greve, data-base e negociação coletiva no serviço público, e confirmou o empenho da pasta na construção de um instrumento para substituição ao Decreto 10.620/2021.

Tendo em vista o encaminhamento das questões apresentadas, foi realizada uma nova rodada de negociações, no dia 25 de julho, para tratar apenas dos itens não pecuniários. Sobre o Decreto 10.620/2021, os representantes do Executivo informaram que o MGI não pretende revogar a norma, em face da possibilidade de gerar insegurança jurídica, e que o cronograma de centralização das atividades de concessão e manutenção de aposentadorias e pensões permanecerá suspenso. O caminho escolhido pelo órgão é a apresentação de um Projeto de Lei Complementar (PLP) que resolva a questão dos aposentados e pensionistas e que aqueles já transferidos ao INSS - como é o caso dos servidores da CVM - sejam os primeiros incorporados na nova unidade gestora.

Os representantes sindicais consideraram que a proposta deve tramitar com urgência, pois o MGI se comprometeu com a resolução da questão. O pleito é também pelo compromisso de ampla discussão do PLP.

A segurança jurídica dos servidores que optaram por migrar para o Regime de Previdência Complementar, em relação ao Benefício Especial, também foi levada à discussão. “É preciso registrar a base de cálculo, o valor final e outras

informações pertinentes nos assentamentos funcionais dos servidores, como já é feito, por exemplo, pelo Ministério Público Federal”, ressaltou o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, ao cobrar o esforço do governo, de modo a garantir mais segurança aos mais de 30 mil servidores que fizeram a migração.

Os secretários de Gestão de Pessoas, José Celso Cardoso Jr., e de Relações de Trabalho, José Lopez Feijóo, se comprometeram a analisar os subsídios técnicos apresentados para propor encaminhamentos.

A próxima rodada de negociações está agendada para o dia 10 de agosto. Desta vez, o debate será a respeito da pauta remuneratória.

MESAS ESPECÍFICAS

O SindCVM também tem reforçado o coro das entidades representativas pelo início imediato das negociações bilaterais entre cada carreira e o governo para tratar das pautas específicas. No caso das carreiras da Comissão de Valores Mobiliários, a reestruturação e a criação de bônus, visando tratamento isonômico com carreiras do mesmo nível estratégico na Administração Federal, serão levados à mesa específica. Mas, embora haja a previsão e a sinalização do Ministério, ainda não existe data para início das tratativas. A insatisfação gerada pela falta de celeridade tem sido reportada pelo Sindicato ao governo nas reuniões da MNNP.

Acompanhe informações nas nossas redes sociais.



O FUTURO DA ADMINISTRAÇÃO

**Com reestruturação de cargos na
Administração Federal, SindCVM
reitera pleitos das carreiras**

O anúncio dos novos concursos, feito pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no dia 18 de julho, dividiu manchetes com a reestruturação de cargos nas áreas de saúde, meio ambiente, cultura e políticas sociais, que passaram a integrar carreiras de nível superior. A medida, justificada pela ministra Esther Dweck como forma de “aprimorar a capacidade institucional” para “atender de modo mais adequado às demandas da sociedade”, vai ao encontro de pleitos históricos dos servidores da Comissão de Valores Mobiliários.

Desde 2022, o Sindicato tem concentrado esforços em prol da pauta de reestruturação das carreiras da Autarquia. O pleito, que inclui a unificação dos cargos de nível superior, com adequação de nomenclatura, e a exigência de nível superior para ingresso no cargo de agente executivo, foi tema de reunião com o então presidente da CVM, Marcelo Barbosa, em junho do último ano, e da primeira agenda com o atual presidente, João Pedro Nascimento, em agosto do mesmo ano. Nas oportunidades, o SindCVM cobrou respostas ao pedido de realização de estudo interno sobre a reestruturação.

Entre as justificativas apresentadas pelo Sindicato, a necessidade de manutenção de alinhamento com os cargos do Banco Central do Brasil e Susep, que têm reivindicações semelhantes, visando à retenção dos quadros, e a alta complexidade das atribuições dos cargos que integram o único órgão da Administração com poder de polícia para fiscalizar o mercado de capitais são pontos centrais que robustecem o pleito, ainda mais, diante do entendimento da ministra do MGI de que a Administração “precisa de servidores cada vez mais capacitados e qualificados”.

É fato, agora amplamente divulgado, no bojo da CPI das Americanas, que a CVM precisa ser fortalecida, e alcançar esse objetivo passa, necessariamente, pela reestruturação dos cargos e pela valorização dos servidores que constroem a Autarquia.

O SindCVM levará o pedido de reestruturação à Mesa Específica com o MGI e seguirá em busca do apoio da CVM para encaminhamento da pauta. Vamos em frente!



NA MÍDIA

Imprensa repercute atuação do Sindicato

As ações do SindCVM pela valorização das carreiras ganharam repercussão na imprensa. No dia 28 de junho, o portal Extra, do grupo Globo, e o jornal Correio Braziliense divulgaram a Lista Tríplice, com indicações dos nomes de Fernando Soares Vieira, Carlos Guilherme de Paula Aguiar e José Alexandre Cavalcanti Vasco à Diretoria da Autarquia. O documento, fruto de consulta aberta às carreiras, foi enviado pelo Sindicato, na mesma data, ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao presidente da CVM, João Pedro Nascimento.

“O SindCVM com o objetivo de aprimorar o serviço público realizado na Autarquia, solicita o atendimento dessa reivindicação, que ao menos um diretor da CVM pertença ao quadro de servidores de carreira, contribuindo para que as decisões do colegiado tenham o equilíbrio com a opinião e o voto de quem tem a experiência na área técnica e que se assenta nos princípios da administração pública”, destacam trechos das reportagens (leia [aqui](#) e [aqui](#)).

Além de gerar repercussão na imprensa, a ação ganhou o endosso do presidente João Pedro Nascimento. Em email enviado ao Sindicato, como resposta a ofício, ele indicou apoio na busca pela presença de ao menos um servidor de carreira no Colegiado. “Como é de conhecimento público, uma das minhas principais bandeiras (desde a sabatina no Senado) é resgatar a nossa CVM e prestigiar os nossos servidores. Tenho feito isso incansavelmente em todos os meus discursos, posicionamentos e nas muitas idas a Brasília e representações Institucionais”, afirmou.

O presidente da CVM destacou, ainda, a qualificação dos nomes indicados pelos servidores. “São todos excelentes e integrariam parte da listagem que eu teria em mente no contexto de sugestões ao Ministério da Fazenda para tal indicação”. E, por fim, ponderou sobre a necessidade de buscar uma composição mais plural, também do ponto de vista de gênero.

Participação

Convocados pelo Sindicato, 38% dos servidores da Autarquia participaram da votação da Lista Tríplice, que ocorreu de 12 a 21 de junho.

No total, 82 servidores efetivos foram indicados por seus pares como nomes habilitados a ocupar o cargo na Diretoria da CVM. No "Top 10", além dos nomes listados acima, estão Daniel Walter Maeda Bernardo, Francisco José Bastos Santos, Antonio Carlos Berwanger, Paulo Roberto Gonçalves Ferreira, Marcos Galileu Lorena Dutra, Adriano Augusto Gomes Filho e Margareth Noda.
